



Índice

- 01 [Índios prometem reocupar Sesai MS caso secretário não seja desonerado](#)
- 02 [CNM faz primeira reunião para tratar da demarcação de terras indígenas](#)
- 03 [Justiça retira crianças indígenas de abrigos](#)
- 04 [Índios que invadiram área denunciam terceiro ataque em 5 dias](#)
- 05 [Justiça determina reintegração de área ocupada por índios em Miranda](#)
- 06 [PF envia mais policiais para área ocupada por índios em Miranda, MS](#)
- 07 [Índios de Japorã invadem fazendo refém](#)
- 08 [Índios ocupam Parque Nacional](#)
- 09 [Índios terena denunciam preconceito sofrido em restaurante de Miranda](#)
- 10 [Após pressão dos índios, chefe da Sesai pede exoneração de cargo](#)
- 11 [Professora observa "festas e cantorias" para ensinar índios](#)
- 12 [Aumentam as doenças crônicas entre indígenas do Xingu](#)
- 13 [No Brasil, só Roraima tem carreira reconhecida para professor indígena](#)
- 14 [Feira indígena promove troca de sementes nativas entre 30 etnias do Brasil e do exterior](#)



Índios prometem reocupar Sesai MS caso secretário não seja desonerado

SÍTIO RONDA DO MS, 15.10.2013

As lideranças indígenas de Mato Grosso do Sul se reunirão amanhã às 9h no MPF (Ministério Público Federal) com o procurador Emerson Kalif e com o secretário da Sesai (Secretaria Especial da Saúde Indígena) de Brasília Fernando da Rocha para decidir sobre a desoneração do atual secretário de saúde indígena de Mato Grosso do Sul Nelson Carmelo.

De acordo com o Cacique Branco, membro da comissão que se reunirá amanhã com Fernando Rocha e Kalif, caso Nelson Carmelo não seja afastado imediatamente da Sesai, os índios ocuparão novamente a sede da secretaria em Campo Grande. "Recuamos na última segunda-feira a pedido do secretário Fernando Rocha de Brasília, mas se amanhã o Nelson não for afastado retornaremos com mais gente ainda", afirma Cacique Branco.

Os índios ocuparam a sede da Sesai MS no dia 16 de setembro para exigir do governo federal que retire Nelson Carmelo do cargo. Segundo lideranças do movimento, Carmelo tem negligenciado o atendimento à população indígena. De acordo com denúncias, nos postos de saúde indígenas do Estado faltam medicamentos básicos, ambulâncias e equipamentos médicos como termômetros e seringas.

CNM faz primeira reunião para tratar da demarcação de terras indígenas

SÍTIO ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS, 15.10.2013



Levantar dados que mostrem os problemas existentes nos Municípios, em relação à demarcação de terras indígenas, para depois assumir um posicionamento. Esse foi o acertado entre os participantes do primeiro encontro promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) para tratar do tema. Prefeitos, representantes de agricultores e de comunidade indígena participaram da reunião dirigida pelo presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, na tarde desta segunda-feira, 14 de outubro.

Relatos dos gestores municipais, sob diferentes aspectos, foram mencionados. Entre eles: a necessidade de haver uma segurança jurídica para ambas as partes, o desafio de encontrar uma solução pacífica para a delicada polêmica, os impactos sociais e financeiros de expansão na demarcação de terras destinada aos índios e a responsabilidade do governo federal e da União para o agravamento da situação.

De acordo com dados apresentados por Ziulkoski, existem comunidades indígenas em 486 Municípios do país. A idéia é fazer uma pesquisa com todos eles – com um relato do cenário local – para sintetizar em um estudo. “No Brasil, não há dados. Por isso, a Confederação por iniciativa própria vai fazer esse levantamento. Não temos posição tomada, mas começamos a discutir e ouvir as prefeituras para chegar a uma”, disse diversas vezes o presidente da CNM.

Considerações

O prefeito de Uruará (PA), Everton Banha, levantou um aspecto peculiar da questão. Como definir quem tem direitos em um Município onde na mesma família tem parentes indígenas e mistos. Já o prefeito de São João das Missões (MG), ponderou o lado humano, da vida das pessoas envolvidas. Em seu Município, dos 13 mil habitantes, 10 mil são índios. Ele estava acompanhado, inclusive, de dois representantes da classe e um deles é cacique da tribo Xacriabá, chamado por Santo. O cacique pediu para que não deixem de ver o lado dos índios também, e salientou que o principal problema é a criação de leis, sem que haja o cumprimento delas.

O prefeito de São Valério do Sul (RS), Jairo do Espírito Santo, contou que dos 2.560 hectares do seu Município, 1.300 são de área indígena. “Não somos contra os índios, mas contra as políticas de demarcação das terras”, desabafou. Já o representante de Getúlio Vargas (RS), Vilmar A. Soccol, disse que os laudos de demarcação feitos são fraudulentos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 188/ 2013

Brasília, 16 de outubro de 2013.

Representação

Estavam representado os Estados da Bahia, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Pará. Durante o debate, também passaram pelo encontro a senadora e presidente da Subcomissão e Assuntos Municipais, Ana Amélia (PP-RS), e o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS).

Ana Amélia destacou o ponto jurídico. "Para o gestor isso é um arraso quarteirão. Hoje tem uma área de X e amanhã de X mais Y. o governo precisa, urgentemente, garantir segurança para o indígena e para o gestor", avaliou. Ela disse que a decisão judicial existente está incompleta, pois não estabelece parâmetros a serem seguidos. Já o deputado gaúcho parabenizou a CNM pela iniciativa.

Todos foram ouvidos com atenção por Ziulkoski e a equipe técnica da CNM. Ficou acertado que após obtiveram os dados, os gestores municipais voltaram a se reunir.

Fonte: Agência CNM

Justiça retira crianças indígenas de abrigos

SÍTIO DOURADOS AGORA, 15.10.2013

Do total de 22 abrigadas, 12 já foram reinseridas por Comissão Indígena em famílias da Reserva de Dourados



A Justiça de Dourados e a Comissão de Apoio à Criança e ao Adolescente Indígena em Situação de Vulnerabilidade iniciou a retirada das 22 crianças que estavam “envelhecendo” nos abrigos do município. Do total de abrigados, 12 já foram reinseridas junto a famílias indígenas.

O objetivo da comissão é evitar que estas crianças sejam encaminhadas para o cadastro nacional e, de certa forma, percam a identidade cultural, segundo o presidente da comissão Diogenes Cariaga.

De acordo com ele, a comunidade ainda resiste à proposta do judiciário para que as crianças sejam encaminhadas para o Cadastro Nacional de Adoção.

“Ainda se teme que estas crianças percam a identidade indígena. No entanto, crianças que já estão há mais de cinco anos nos abrigos, estão mais acostumadas ao modo de vida urbana. Talvez seja um choque para elas voltarem para a aldeia. Tudo deve ser analisado com muito critério”, destaca.

Por causa disso, o coordenador diz que esta possibilidade de adoção por não-índios só deve acontecer no caso de esgotadas todas as outras, para reinserção na Reserva.

Segundo ele, uma lista de casais indígenas interessados está sendo formulada. Essas pessoas vão cuidar das crianças em situação de vulnerabilidade evitando assim que os indiozinhos

CONT.



deixem as aldeias. "São as famílias acolhedoras que atuarão de modo temporário até que um lar seja destinado para estas crianças dentro da aldeia", conta.

Segundo ele, dois são os desafios que a Comissão enfrenta para resgatar as crianças dos abrigos. "A primeira delas é que muitas crianças estão em redes extensas de parentescos e com isto se leva mais tempo para vencer as possibilidades de adoção. O outro entrave é o número reduzido de servidores envolvidos nesta tarefa. Por outro lado, estamos buscando otimizar o atendimento para acelerar os processos de acolhimento e evitar que as crianças indígenas permaneçam mais tempo fora das aldeias", destaca.

A discussão da adoção das crianças indígenas começou no final do ano passado. Se por um lado órgãos de proteção ao índio defendem que as crianças devem ser adotadas por lideranças da comunidade indígena, por outro a Promotora da Infância e da Juventude, Fabrícia de Lima, acredita que na ausência de famílias indígenas interessadas, as crianças devem ser encaminhadas para o cadastro Nacional de Adoção a fim de serem adotadas por não-índios. A medida tem a finalidade de destinar um lar para as crianças que, segundo a Promotoria, estavam, até então, praticamente abandonadas pela comunidade indígena, restando apenas os abrigos como alternativa.

"A lei prevê que as crianças devem ficar num prazo máximo de até dois anos nos abrigos e, infelizmente, no caso das indígenas isto não acontece porque elas estão passando muito tempo, até mesmo se tornando adultas nesses lares. O problema é que estas crianças, como qualquer outra, têm o direito de ter uma referência de pai e mãe e o que de fato é uma família", disse Fabrícia recentemente.

O Juiz da Vara da Infância e juventude, Zaloar Murat Martins, explicou recentemente que há cerca de 10 anos a Fundação Nacional do Índio (Funai) realizava o cadastro de famílias indígenas interessadas na adoção, mas o serviço foi extinto porque a entidade entende não ser de competência dela atuar nesta frente. Por isto, segundo ele, foi necessária a intervenção da Justiça para proteger o direito das crianças.



Índios que invadiram área denunciam terceiro ataque em 5 dias

SÍTIO RONDA DO MS, 15.10.2013

Os índios terenas que invadiram chácaras em Miranda denunciam que sofreram o terceiro ataque no período de cinco dias. "Foi ontem, por volta das 20h. Chegaram atirando", relata o líder indígena Paulino Terena.

Segundo ele, o ataque foi na chácara Boa Esperança. "Ficamos todos deitados no chão", diz. Ainda de acordo com a liderança, à noite somente os homens, chamados de guerreiros, estavam no local.

Após os disparos, a PF (Polícia Federal), que tem uma equipe na região, foi acionada. A chácara fica a 3 km da cidade de Miranda. A invasão dos terenas começou em 9 de outubro e foram ocupadas diversas propriedades rurais.

Os índios exigem que as demarcações de terra, que já tiveram início, sejam concluídas. Caso contrário, novas invasões devem acontecer.

Segundo os índios, a área de 7,2 mil hectares, que eles prometem invadir, abrange pelo menos cinco propriedades rurais e fica em frente às terras já ocupadas.

Nesta área está localizada a fazenda Jambeira, do ex-governador Pedro Pedrossian. A assessoria de imprensa da PF não comentou o ataque e disse que informações somente via Funai (Fundação Nacional do Índio).

Campo Grande News

Justiça determina reintegração de área ocupada por índios em Miranda
SÍTIO TRIBUNA MS, 15.10.2013

Indígenas estão na chácara Boa Esperança desde quarta-feira (9). Eles relatam atentados. Policiais federais estiveram no local.



Indígenas ocupam a chácara Boa Esperança desde 9 de outubro. (Foto: Tatiane Queiroz/ G1 MS)

A Justiça determinou nesta terça-feira (15) a reintegração de posse da chácara Boa Esperança, em Miranda, distante 203 quilômetros de Campo Grande, ocupada por cerca de 300 indígenas desde o último dia 9. Os índios relatam atentados e policiais federais foram para o local.

O dono da propriedade, Ernesto Melani, disse que havia pedido de reintegração de posse nessa segunda-feira (14). Ele declarou que cerca de 50 índios chegaram ao local na semana passada, onde estava apenas um funcionário, que deixou a área. Não houve violência. Melani afirmou que foi a primeira vez que o local foi ocupado.

Segundo o líder indígena da região, Paulino Terena, 30 anos, na noite de segunda-feira (14), dois homens invadiram a propriedade e atiraram contra as mulheres indígenas.

A assessoria da Polícia Federal (PF) informou que não tem a confirmação do atentado e que enviou policiais ao local para manter a situação de tranquilidade na área.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 188/ 2013

Brasília, 16 de outubro de 2013.

O grupo de indígenas reivindica a área que faz parte da Terra Indígena Pillad Rebuá, identificada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) com 10,4 mil hectares.

Em contato com a Funai, em Brasília, na manhã desta terça-feira e até a publicação desta reportagem não teve retorno.

G1 MS



PF envia mais policiais para área ocupada por índios em Miranda, MS

SÍTIO G1/MS, 15.10.2013

*Líder terena diz que homens atiraram contra mulheres nesta madrugada.
Dono da chácara Boa Esperança pediu reintegração de posse à Justiça.*

A Polícia Federal (PF) enviou, na manhã desta terça-feira (15), mais agentes para a área ocupada há uma semana por cerca de 300 índios terena em propriedades rurais de Miranda, a 203 quilômetros de Campo Grande. Segundo o líder indígena da região, Paulino Terena, 30 anos, na noite de segunda-feira (14), dois homens invadiram a propriedade e atiraram contra as mulheres indígenas.

Ao G1, a assessoria da PF informou que não tem a confirmação do atentado e que o reforço policial no local é para manter a situação de tranquilidade na área.

Conforme Terena, o caso ocorreu por volta das 22h (de MS), quando as 68 famílias indígenas que ocupam a fazenda estavam dormindo. Ele diz que os homens atiraram e fugiram em seguida.

"Não sabemos quem, mas entraram na propriedade e atiraram no rumo, na direção das mulheres. Não chegou a machucar ninguém, graças a Deus", conta. Ele afirma que os policiais federais foram até a propriedade logo após o atentado, mas não encontraram cápsulas de projéteis ou algum suspeito.

"Achamos só um chapéu, que deve ter caído da cabeça da pessoa que atirou", diz. Segundo o líder indígena, o clima é de insegurança no local, mas as famílias indígenas vão permanecer no local, apesar do medo.

"Vamos ficar aqui até o final, precisamos de uma manifestação da Funai [Fundação Nacional do Índio]. Queremos segurança, queremos a presença da Força Nacional", declara.

Ainda conforme Terena, o grupo de indígenas que ocupa a área das fazendas está plantando feijão miúdo e milho nas terras. "Se nós queremos terra, temos que plantar. Já estamos trabalhando, desde o dia que entramos aqui", afirma.

O grupo de indígenas reivindica a área que faz parte da Terra Indígena Pillad Rebuá, identificada pela Funai com 10,4 mil hectares.

O G1 entrou em contato com a Funai, em Brasília, nesta manhã. Por meio de assessoria, o órgão informou que dará retorno durante a tarde.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 188/ 2013

Brasília, 16 de outubro de 2013.

Reintegração

Uma das áreas ocupadas pelos indígenas é a chácara Boa Esperança, que tem 11 hectares de área. O dono da propriedade, Ernesto Melani, disse ao G1 que entrou com o pedido de reintegração de posse na Justiça, na segunda-feira (14).

Segundo Melani, cerca de 50 índios chegaram ao local na semana passada, onde estava apenas um funcionário, que deixou a área. Não houve violência.

Ele afirmou que foi a primeira vez que o local foi ocupado e que esteve na Polícia Civil de Miranda e registrou boletim de ocorrência, além de pedir a presença policial na área para dialogar com os indígenas.

Índios de Japorã invadem fazendo refém
SÍTIO SUL NEWS, 15.10.2013

Índios querem aumentar a aldeia Porto Lindo de 1.649 para 9.454 hectares



VINICIUS SQUINELO

Os Guaranis Kaiowás ampliaram de 168 para aproximadamente 370 hectares a área invadida na Fazenda São Jorge, em Japorã. A ação ocorreu na madrugada desta segunda-feira (dia 14) e segundo o gerente da fazenda, Wilson Aparecido de Matos, o número de indígenas passou de 30 para 320, e o trabalhador rural Irineu Fernandes está sendo mantido refém dos invasores.

Junto com a família, o gerente permanece no local com objetivo de evitar danos à sede da propriedade e de conseguir contato com o refém. Segundo Matos os indígenas ameaçam matar o gado, mas seu maior receio está relacionado à segurança do trabalhador rural. "Nosso colega de trabalho está retido e tememos a invasão da sede", informa. O gerente registrou Boletim de Ocorrência na delegacia da cidade de Iguatemi, há seis quilômetros da propriedade.

Matos também afirma que se surpreende com a estrutura da invasão. "Na área em que invadiram, as barracas foram montadas em questão de minutos. É tudo muito bem planejado e as lonas utilizadas são novas, ações como essa exigem recursos financeiros", considera Matos, ao informar que área está registrada desde 2002 e teve sua primeira invasão no ano seguinte.

Remanso Guaçu, São Jorge, Paloma e Guassuri são as quatro propriedades atualmente invadidas no município de Japorã. Naquela região os indígenas pretendem aumentar a aldeia

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 188/ 2013

Brasília, 16 de outubro de 2013.

Porto Lindo de 1.649 para 9.454 hectares, onde passariam a chamá-la de "Ivycatu". As primeiras invasões em Japorã ocorreram entre 2003 e 2004, quando 14 propriedades foram invadidas e algumas reintegradas após negociação judicial.

Na semana passada, além da invasão da Chácara Boa Esperança, no município de Miranda, também foi registrada a invasão da propriedade Baía dos Carneiros, em Corumbá. O advogado da Baía Carneiros, Carlos Fernando Souza, encaminhou documento ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, informando que os indígenas retiraram cabeças de gado da propriedade. No ofício, o advogado pede segurança às propriedades, baseando-se nos princípios constitucionais de responsabilidade dos Órgãos Federais e Estaduais.

Apesar do acordo firmado em junho deste ano com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de cessar as invasões para que uma solução concreta fosse apresentada pelo Governo Federal, 14 novas áreas privadas foram tomadas. De acordo com a Federação da Agricultura e Pecuária de MS, o Estado soma atualmente 70 propriedades rurais invadidas por indígenas.

Índios ocupam Parque Nacional

SÍTIO CGN, 15.10.2013

Há cerca de 15 dias um grupo de índios Guarani vive na área do Parque Nacional do Iguaçu; enquanto entidades se mobilizam para retirá-los eles só querem uma coisa: ter uma área definitiva para viver e criar os filhos...



Crédito: Julio Carignano

Um embrião de aldeia nasce em meio à mata do Parque Nacional do Iguaçu. Há cerca de quinze dias, um grupo de guaranis que já estava na região de Matelândia adentrou o parque. Foram oito dias pela mata até encontrar a clareira ideal onde as moradias foram erguidas. Uma tenda para cozinhar, outra para dormir e a estrutura mais ampla e mais importante é a Casa de Reza, onde diariamente as famílias realizam seus rituais. Além de ser o local onde suplicam a ñanderu para conseguir terras, a presença deste espaço indica que os guaranis não estão de passagem: é ali que eles querem ficar.

Os agricultores da região sabem da presença indígena e, meio a contragosto, foram indicando o caminho. Foram horas pelas estradas rurais que margeiam o parque e, por sorte ou acaso, onde termina a plantação e começa o patrimônio da humanidade, encontramos dois índios. A aldeia fica a meia hora de caminhada por uma trilha estreita, cheia de troncos e cipós. Somos convidados a conhecê-la.

Quem nos recebe é o cacique e rezador Claudio Vogado. Ele nos leva diretamente para Casa de Reza onde há uma espécie de altar com penas, arcos, flechas e rústicos instrumentos musicais. Num canto, uma pequena fogueira de onde se pega a brasa para acender cachimbos de fumo. A fumaça abre caminhos e abençoa, explicam. Somos convidados a dar três voltas em sentido anti-horário e depois formar uma fila em frente ao altar, com a mão direita estendida Claudio reza a ñanderu. É o jeito dos guaranis de dar as boas-vindas e pedir a benção sobre a conversa

CONT.



que seguiria.

Terra não cresce

Quando questionado sobre o porquê de estarem ali, a primeira palavra que Claudio fala é futuro. "Estou pensando nos meus filhos e nos que virão depois. O povo guarani está crescendo e não tem mais espaço para viver. O índio luta faz muito tempo para ter sua terra e pensamos que este lugar dá futuro", explica, de maneira simples. O plano é este: permanecer.

A polícia ambiental, que cuida do parque, também já sabe da presença indígena na floresta. Quando os primeiros policiais chegaram, sem truculência, teriam dito para Claudio que ele precisava indicar um advogado para resolver a situação. "Eu perguntei pra ele se em 1.500 quando os portugueses invadiram nossa terra trouxeram advogado também", relata, meio rindo, da visão do policial, "nós temos direito, nós era dono da terra", argumenta.

Patrimônio

Junto ao Parque Nacional Iguazú, na Argentina, a área de 600 mil hectares - sendo 400 mil hectares de floresta primitiva - é considerado o refúgio biológico mais importante do sul da América do Sul. O primeiro questionamento que surge sobre a presença humana no parque é o risco de a área ser degradada ou deixar de ter o título de patrimônio natural da humanidade, concedido em 1986.

Os guaranis entendem que o homem branco não soube cuidar da terra e quer fazer isso com o pouco que resta. "Guarani nunca destrói. Não precisamos destruir para viver aqui. A mata é nossa vida e sem terra não tem cultura guarani", afirma com a crença de que aquele espaço pode devolver ao povo guarani uma vida que já tiveram. Com sua família, Claudio já passou por muitas terras e está cansado. Repetindo a jornada de outros que vieram antes dele, quer um lugar definitivo e certo, onde os filhos possam crescer e viver.

A polícia passa a cada dois ou três dias para monitorar os índios. São poucas famílias, há mulheres e crianças. A intervenção na mata é mínima e a estrutura que eles dispõem também. Isso parece não incomodar e todos se sentem em casa. Crianças brincam nos cipós e com cães. Agachadas, mulheres fazem artesanato. Da aldeia é possível ouvir o barulho do rio que passa a menos de cem metros. Os guaranis nos levam até lá como quem apresenta sua casa. Contam que a diversidade de animais na mata é grande e que ouviram até o barulho da temida jaguaritê, a onça. "Essa eu não vi nem quero ver", brinca o cacique. Além do som dos bichos, os guaranis contam já ter ouvido tiros, provavelmente de caçadores, agindo na mata.

Caso social ou de polícia?

A entrada dos indígenas no parque se soma a uma série de casos de ocupação irregular de terra no Oeste, especialmente nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. No entendimento do indigenista Paulo Porto, a ocupação do Parque Nacional do Iguazu é um pedido de socorro dos povos guaranis. "O parque é o que restou de área preservada e os povos guaranis continuam sem seu espaço. Isso revela o caráter urgente de se discutir isso. Na região oeste, são 15

CONT.



ocupações, este povo está pedindo socorro”, avalia. Ele teme intervenções violentas para a retirada dos guaranis do parque. “O Governo Federal precisa entender que é um problema social e uma reivindicação legítima e não tratar o caso como caso de polícia”, afirma.

Recorrente

Esta não é a primeira ocupação da área do Parque Nacional no Iguaçu por indígenas. Em 2005 um grupo de guaranis permaneceu por mais de 80 dias no parque e saiu mediante acordo de que haveria demarcação de uma terra que resolvesse o problema. Eles saíram em um ônibus acreditando que estavam sendo levados para Guarapuava, onde há uma sede da Funai (Fundação Nacional do Índio), mas foram deixados em uma aldeia em Diamante do Oeste. Houve resistência para o desembarque e chegou a ocorrer confronto. Apesar de não serem os mesmos índios, a promessa não foi cumprida até hoje. Segundo a Funai, desde 2006 existe um processo de compra de terra em andamento para cumprir o compromisso firmado em 2005, mas não há recurso para comprar a terra.

Reintegração de posse

O Parque Nacional do Iguaçu é administrado pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). O chefe do Parque, Jorge Pegoraro, está preocupado. O diálogo não avançou e procuradoria jurídica já está juntando os documentos necessários para buscar, pela via judicial, a reintegração de posse. “Não existe nenhuma alternativa de permanência. Para isso seria preciso mudar a legislação. Respeitamos a questão indígena, sabemos dos problemas que eles têm em nossa região, mas a saída pacífica deles é necessária”.

Pegoraro acredita que a documentação será encaminhada ainda esta semana. Em 2005, em uma situação semelhante, o parque conseguiu na Justiça a reintegração, que foi cumprida pela Polícia Federal.

Segundo Pegoraro, a presença humana no parque gera risco de que o espaço perca o status de Patrimônio Natural da Humanidade. “Eles estão com animais domésticos como cães, gatos e galinhas, usam o fogo, gerando risco de incêndio florestal e acabam prejudicando a fauna e a flora”.

A gestão do parque afirma ainda que todo o território do parque está fundiariamente regularizado, ou seja, não haveria sobreposição da área de reserva em terras guaranis. “A última desapropriação foi feito ainda em 1981, não temos nenhuma área irregular”, reitera Pegoraro.

Ele entende que a entrada dos guaranis no parque é uma forma de pressionar para a solução de um problema que não é do Parque Nacional. “A questão não foi resolvida por parte da Funai, então há esta pressão utilizando-se da área do Parque”.

O parque engloba 14 municípios Foz do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Céu Azul, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Santa Tereza do Oeste, Capitão Leônidas Marques,

CONT.



Capanema e Serranópolis do Iguaçu. O Ibama já catalogou 45 espécies de mamíferos, 12 de anfíbios, 41 de serpentes, 8 de lagartos, 18 de peixes e mais de 200 espécies de aves e outras 200 de borboletas. As Cataratas do Iguaçu, que ficam na área do Parque, foram recentemente consideradas uma das Sete Novas Maravilhas da Natureza.

Prazo

A Polícia Ambiental registrou boletim de ocorrência e notificou a Funai (Fundação Nacional do Índio) sobre a situação, que já esteve na área a levou alimentos para o grupo. Ferdinando Nesso, chefe da Funai de Guará, vê a ocupação com preocupação. A Funai pediu um tempo para a direção do Parque, antes que eles entre com o pedido judicial de reintegração de posse, foram concedidos dez dias que terminam esta semana. "Estamos em contato com a coordenação da Funai em Chapecó, Santa Catarina, para buscar uma área para onde possam ir estas famílias, mas até agora não temos nenhuma definição", afirma Ferdinando.

Depois de visitar o local ele considera a situação dos indígenas precária e afirma que não há possibilidade de negociar a permanência deles na área. "A questão legal é clara. Apesar de a área ter tudo a ver com eles pela presença de mata, a situação é mais complexa", relatando que as áreas de mata no Estado são escassas.

Segundo Ferdinando parte dos indígenas que hoje vive em ocupações irregulares veio de uma aldeia em Diamante do Oeste, que foi criada pela Itaipu para abrigar os indígenas prejudicados com a construção da barragem da usina. Segundo ele, a área desta aldeia está superlotada. São 1.400 hectares para cerca de 90 famílias, mas apenas 15% da área é cultivável o restante é de área não plana e pedregosa. "O território já é pequeno para eles e a preocupação é com o futuro. Como a população está crescendo a tendência é ficar mais apertado. Além disso, o que os leva a deixar a aldeia é que eles não se sentem dali", explica.

A antropólogo da Funai, Diogo Oliveira, conta que falta dinheiro para a aquisição das terras. Desde 2006, por exemplo, foram realizados uma série de estudos para demarcar terras para o grupo que ocupou o parque em 2005, o que falta é o dinheiro. "Temos o estudo sobre uma área em Ouro Verde do Oeste com cerca de 260 hectares, que seria suficiente para 30 famílias mas o custo é de 16 milhões, mesmo que esta terra saia, não vai resolver o problema do Oeste.

Governo do Estado

Apesar de a demarcação de terras não ser uma responsabilidade do Estado, o assessor de Assuntos Fundiários do governo Beto Richa, Hamilton Serighelli, tem acompanhado a questão indígena e busca mediar junto ao Governo Federal soluções para essa situação e o preço da terra é uma dificuldade. Ele estima que 3 mil famílias guaranis precisem de um local para viver e a região oeste não tem terras para esta etnia. Ele explica que uma dificuldade adicional é que a legislação atual não permite que haja indenização do proprietário se ficar constatado que originalmente aquela era terra guarani. "Nestes casos quando há um estudo antropológico que caracteriza a terra como de origem indígena só é possível pagar pela benfeitoria. Uma alternativa é que o Incra compre a área e repasse para a Funai", afirma.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 188/ 2013

Brasília, 16 de outubro de 2013.

Uma aldeia de São Miguel do Iguaçu, citada por Serighelli, reflete a falta de terra: são cerca de 150 hectares para 76 famílias, ou seja, não resta nem meio hectare por família. "É um problema que precisa ser debatido. Entendemos que a questão não começou no nosso governo nem vai terminar no nosso governo, mas precisamos manter um diálogo pacífico e na medida do possível ajudar para as que coisas se resolvam", conclui o assessor.

Territórios indígenas

Há algum tempo os proprietários rurais e entidades contrárias à demarcação de terras indígenas apresentam um dado alarmante: 12,3% do território brasileiro seriam de terras indígenas. O antropólogo da Funai, Diogo Oliveira confirma o dado, mas detalha que nem todo este território está disponível para uso dos índios e principalmente que a distribuição não é homogênea. "Em metade destes territórios a posse ainda não é dos índios e 98% das terras estão na Amazônia, ou seja, no Paraná, ainda é preciso avançar muito quando o assunto é demarcação, especialmente para o povo guarani", afirma.

A vida na mata

Aldeia foi construída em uma clareira em meio à mata e guaranis afirmam que não precisam agredir a natureza.

Há um rio bem próximo ao local onde a aldeia está sendo construída. A água é usada para consumo e higiene.

Grupo mantém a cultura viva e quer viver em uma área que tenha mata fechada, como seus antepassados viveram.



Índios terena denunciam preconceito sofrido em restaurante de Miranda

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 15.10.2013

Um grupo de cinco índios terena da mesma família denuncia um episódio de preconceito ocorrido no fim da tarde de ontem (14), no restaurante Zero Hora, localizado na BR-262 a cinco quilômetros de Miranda.

Os indígenas alegam que a ação por parte dos funcionários do restaurante foi motivada pelas ocupações de cerca de 370 hectares da região. Mais de 300 índios das aldeias de Miranda participam da retomada de terras que começou na última semana.

Zuleica Tiago, de 24 anos, é indígena e trabalha como enfermeira na Aldeia Água Branca em Aquidauana, a 135 quilômetros de Campo Grande. Ela explica que foi em companhia do pai e de outros parentes visitar os indígenas que participam da retomada em Miranda.

Na volta, Zuleica conta que foi com a família no restaurante para fazer uma refeição antes de voltar para Aquidauana. Enquanto terminavam de comer, um dos garçons do estabelecimento disse que o restaurante iria "parar de atender os índios".

"Meu pai estava caracterizado e nós só fomos lá para comer porque passamos o dia na retomada. Quando o garçom disse que não iria mais nos atender, eu fiquei revoltada e pedi para falar com o gerente", conta a terena.

A justificativa repassada pelo gerente aos indígenas foi que o atendimento não seria mais feito em razão dos donos do local. "O gerente disse que era ordem da chefia e que iria parar de atender a gente".

Revoltados com a situação, os indígenas ainda questionaram a ação dos funcionários, mas resolveram ir embora para evitar confusão maior. "Foi uma humilhação e um ato de preconceito. Nós temos certeza que isso aconteceu por causa da retomada das terras de Miranda", completa Zuleica.

A reportagem do Campo Grande News entrou em contato com o restaurante Zero Hora e foi informada que o gerente do estabelecimento é o único autorizado a falar sobre o caso. No entanto, o funcionário não estava no local e nenhum número de celular pôde ser repassado à reportagem.

Após pressão dos índios, chefe da Sesai pede exoneração de cargo

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 15.10.2013



Olazar afirma que é vítima de acusações difamatórias
(Foto: Marcos Erminio)

O chefe da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), Nelson Olazar, anunciou na tarde desta terça-feira (15), que vai pedir exoneração do cargo que ocupa. A decisão foi tomada após um grupo de indígenas ocupar a sede do órgão público e o caso ir parar no Ministério Público Federal.

Sobre a decisão, Olazar alega que não suportou a pressão que foi feita e diz ainda que foi vítima de acusações difamatórias. "Me acusaram de incompetência e fizeram insinuações perguntando onde está o dinheiro da Sesai, são incriminações sem foco, sem fundamentos, mas que desgastam", reclama Olazar.

Diante das acusações, ele nega que durante a gestão tenha sido desonesto. "Não admito que duvidem do meu caráter, é muito difícil fazer tudo certo e ainda ter gente falando mal, sou um pai de família, um cidadão de 50 anos, sempre levei minha vida pública com seriedade, tenho um nome a zelar", ressaltou o chefe da Sesai.

Olazar afirma que o secretário adjunto da Sesai embarca na noite de hoje para Brasília, para levar o pedido de exoneração dele ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha. "Não sei a data certa que irá sair a minha exoneração, porque depende dos trâmites nacionais, mas estou no aguardo, espero que saia o quanto antes", afirma.

Na manhã de hoje, lideranças indígenas lotam o auditório do MPF (Ministério Público Federal), em Campo Grande, para discutir a saúde indígena em Mato Grosso do Sul. A reunião foi realizada após índios ocuparam a sede da Sesai durante 21 dias e terminou na semana passada.

Durante a ocupação, os índios disseram que os diálogos só irão iniciar depois que o chefe da Sesai, Nelson Olazar, fosse demitido.

Professora observa “festas e cantorias” para ensinar índios

SÍTIO REVISTA EXAME, 15.10.2013

Professora usa “festas e cantorias” da aldeia para ensinar história, geografia e português na sala de aula



Meninas indígenas da etnia Tapirapé: professora conta que, além do material didático, muito do que leva para a sala de aula aprende também na própria aldeia

Brasília – O sol nasce e Herminia Wôôpar Krahô já está de pé. Ela passa o café, toma banho e às 7h cruza o centro da aldeia até a escola. Às 7h30, o sino chama os estudantes, de 4 a 10 anos. Logo, as carteiras ficam cheias de kraré, como são chamadas as crianças pelos indígenas da etnia Krahô na Serra Grande, uma das 27 aldeias que formam a Kraolândia, no nordeste do Tocantins.

Única professora indígena, dos quatro que ensinam na região, Wôôpar estudou em Paraíso do Tocantins (TO), a 63 quilômetros da capital Palmas. Começou a lecionar em maio de 2010 quando o antigo professor, também indígena, deixou a escola. “Ele não tava cuidando bem”, diz a professora, que ainda não concluiu o curso superior. O conteúdo é todo na linguagem dos mehin - como chamam a si mesmos. É com Wôôpar que os pequenos aprendem a ler e escrever. “Tudo na língua [krahô], eu não ensino o português”, explica.

A aula dura cerca de uma hora e os alunos são dispensados. Alguns não aguentam até o fim, saem para brincar. Outros esperam o lanche, servido na escola, quando tem merenda. À tarde, os alunos cuidam da tarefa. “Pra mim, [dar aula] é muito importante. Devagar eu vou aprendendo mais”, diz a professora.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 188/ 2013

Brasília, 16 de outubro de 2013.

Ela se orgulha de ver que alguns alunos já estão conseguindo ler e escrever. Dentro de casa, incentiva o filho Gabriel Ihôjawên Krahô, de 12 anos. “Estudar é importante”, reforça.

A escola de Serra Grande tem duas salas de aula que atendem às 17 famílias que moram no local. Os pais costumam assistir uma ou outra aula dos filhos, para acompanhar o aprendizado. No turno oposto, a escola oferece educação para os adultos. Wôôpar era uma dessas alunas, mas resolveu se dedicar ao preparo das próprias aulas. Ela busca capacitação nos materiais didáticos distribuídos e em conversas com os outros professores.

A formação inicial e continuada de professores indígenas em nível superior, a produção de material didático específico em línguas indígenas, bilíngues ou em português cabe ao Ministério da Educação, que também oferece apoio político-pedagógico e financeiro às escolas indígenas.

Em Serra Grande, o autor do material usado em sala de aula é o indígena Renato Yahé Krahô. O livro é usado pela professora Luana Barbosa Pimentel, que mora em Alto Lindo (TO), cidade próxima à terra indígena.



Aumentam as doenças crônicas entre indígenas do Xingu

SÍTIO CCBOIVELHO, 15.10.2013

Malária, infecções respiratórias e diarreias eram as principais causas de morte no Parque Indígena do Xingu (PIX), no Mato Grosso, em 1965 – época em que a Escola Paulista de Medicina (EPM), atualmente parte da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), passou a responder pela saúde dos povos indígenas que lá vivem.

Hoje, a malária está sob controle e, embora as doenças infecciosas e parasitárias ainda sejam relevantes em termos de mortalidade, são os males crônicos não transmissíveis, como hipertensão, intolerância à glicose e dislipidemia (aumento anormal da taxa de lipídios no sangue), que estão em crescimento.

Conhecendo esse panorama, pesquisadores da EPM/Unifesp examinaram e entrevistaram 179 índios Khisêdjê, moradores da área central do parque do Xingu, no Mato Grosso, entre 2010 e 2011.

A análise dos resultados mostrou uma prevalência de hipertensão arterial de 10,3% em ambos os sexos, sendo que 18,7% das mulheres e 53% dos homens apresentaram níveis de pressão arterial considerados preocupantes.

“Para valores de pressão arterial iguais ou maiores a 140/90 mmHg como indicativos da presença de hipertensão arterial, pesquisas encontraram prevalências entre 22,3% e 43,9% na população geral do Brasil”, disse Suely Godoy Agostinho Gimeno, coordenadora do estudo com os Khisêdjê e pesquisadora do Departamento de Medicina Preventiva da EPM/Unifesp e do Instituto de Saúde da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo.

O estudo com os Khisêdjê foi realizado com apoio da FAPESP e do Projeto Xingu, iniciativa da Unidade de Saúde e Ambiente do Departamento de Medicina Preventiva da EPM/Unifesp.

Os Khisêdjê ainda não estão tão hipertensos como os demais brasileiros, mas o cenário é delicado, uma vez que tal condição era inexistente ou rara nas aldeias brasileiras até décadas atrás.

Já a intolerância à glicose foi identificada em 30,5% das mulheres (6,9% do total com diabetes mellitus) e em 17% dos homens (2% do total com diabetes mellitus). E a dislipidemia (aumento anormal da taxa de lipídios no sangue) apareceu em 84,4% dos participantes dos dois sexos.

“Examinamos os Khisêdjê anteriormente, entre 1999 e 2000. Comparando os dados daquela época com os mais recentes, percebemos um aumento significativo de todas essas doenças crônicas não transmissíveis. Outras pesquisas revelam que o mesmo aumento se aplica aos demais povos indígenas do Xingu e de outras áreas do país”, disse Gimeno.

CONT.



De acordo com a pesquisadora, entre os fatores que vêm transformando o panorama entre os índios estão maior proximidade com os centros urbanos e intensificação do contato com a sociedade não indígena, com a incorporação de novos hábitos e costumes; aumento do número de indivíduos que exercem atividade profissional remunerada, abandonando práticas de subsistência tradicionais como agricultura, caça e pesca; e maior acesso a produtos e bens de consumo, como alimentos industrializados, eletroeletrônicos e motor de barcos (o que dispensa a necessidade de remar).

Os resultados foram informados aos Khisêdjê, individualmente e em grupo, e a equipe de saúde da Unifesp acompanha os casos que precisam de amparo médico.

Ainda assim, o quadro preocupa os pesquisadores, uma vez que o controle das doenças requer condições nem sempre disponíveis nas aldeias, como refrigeração (no caso da insulina), controle da dose e do horário dos medicamentos, controle regular da glicemia e da pressão arterial. Segundo Gimeno, "o estímulo e a garantia da preservação dos hábitos e costumes desses povos seriam medidas preventivas de grande valia".

Excesso de peso – A coleta de dados para traçar o perfil nutricional e metabólico dos Khisêdjê foi realizada em diferentes períodos de 2010 e 2011, quando os pesquisadores passavam de 15 a 20 dias na aldeia principal desse povo, chamada Ngojwere.

As informações levantadas incluíram perímetros de braços, cintura e quadril; peso; altura; composição corporal (água, massa magra e massa gordurosa); pressão arterial; perfil bioquímico (por exames como o de glicemia); aptidão física; condição socioeconômica; consumo de alimentos e práticas agrícolas.

Outro resultado obtido por meio dessa análise foi a prevalência de excesso de peso (de sobrepeso ou de obesidade): 36% entre as mulheres e 56,8% entre os homens.

"Contudo, observamos que, particularmente entre os homens, tal prevalência se deve a uma maior quantidade de massa muscular e não de tecido gorduroso. Esse dado sugere que, para a população em questão, os critérios de identificação do excesso de peso não são adequados, uma vez que os indivíduos são musculosos, não obesos", disse Gimeno.

A conclusão, de acordo com a pesquisadora, é corroborada pelos testes de aptidão física. "A maioria dos valores revela força muscular nos membros inferiores, resistência muscular nos membros superiores e no abdômen, flexibilidade e capacidade cardiorrespiratória. Comparados aos não indígenas, os Khisêdjê têm perfil ativo ou muito ativo, contrariando a ideia de que um possível sedentarismo estaria associado às doenças investigadas", disse.

Uma hipótese (não comprovada empiricamente) que poderia explicar a controvérsia é a de que, no passado, esses índios teriam sido ainda muito mais ativos do que na atualidade. E a possível redução na atividade física habitual teria, então, relação com os males crônicos.

Equipe e repercussão – Três médicos, quatro enfermeiras, cinco nutricionistas, dois educadores físicos, um sociólogo e quatro graduandos (dos cursos de Medicina e Enfermagem)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 188/ 2013

Brasília, 16 de outubro de 2013.

participaram da pesquisa via Unifesp.

Completam a equipe uma sexta nutricionista do Instituto de Saúde da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo, agentes de saúde e professores indígenas que vivem na aldeia Ngojwere e atuaram como intérpretes.

O projeto deu origem a seis apresentações em conferências internacionais e duas em congressos nacionais, três dissertações de mestrado e uma publicação de artigo na revista Cadernos de Saúde Pública. (Fonte: Agência FAPESP)



No Brasil, só Roraima tem carreira reconhecida para professor indígena

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 15.10.2013

A Educação Indígena de Roraima é um grande diferencial para o Brasil, por ser o único estado brasileiro a ter carreira específica para professores indígenas. O Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações está em vigor desde janeiro deste ano, após aprovação na Assembleia Legislativa, beneficiando mais de 13 mil docentes.

No dia em que se celebra o Dia do Professor (15 de outubro), muito há o que comemorar, tendo em vista os avanços conquistados para a categoria.

Além da carreira específica para professor indígena, em 2013 também foi aprovada a nova matriz curricular para a Educação Indígena. Roraima é o primeiro Estado do Brasil em que a matriz curricular indígena tem a mesma carga horária da Língua Materna e Língua Portuguesa (oficial do Brasil).

A Educação Indígena é uma modalidade de responsabilidade partilhada entre o Governo Federal/Ministério da Educação (MEC) e Governo de Roraima. Para garantir a permanência do professor em sala de aula, o governo estadual tem realizado certames para contratação exclusiva de professores indígenas para atuarem nas comunidades, conforme anseio desses povos e ato pioneiro no Brasil.

NOVAS ESCOLAS

O investimento na Educação Indígena também abrange a parte estrutural das instituições. Este ano, foram entregues para as comunidades indígenas seis escolas: Escola Estadual Indígena Agrícola Pacheco (Comunidade do Ouro – Amajari), Escola Estadual Indígena Santa Rita (Comunidade Camaru – Bonfim), Escola Estadual Indígena Arthur Pinto da Silva (Comunidade Nova – Pacaraima).

E ainda a Escola Estadual Indígena Koko Waraura (Comunidade Laje – Uiramutã) e Escola Estadual Indígena David de Souza (Comunidade Nova – Boa Vista Rural). E mais recentemente, neste mês de setembro, a Escola Estadual Indígena Santa Mônica, localizada na Comunidade Camararém, município de Uiramutã, recebeu obras de reforma geral.

“Temos investido na Educação Indígena, que é uma particularidade do nosso Estado e prioridade do governo estadual. As comunidades recebem materiais, os professores passam por cursos de capacitação, os conhecimentos chegam até as instituições indígenas e ao mesmo tempo, os povos mantêm seus costumes, sua cultura, sua origem”, enfatizou a secretária Estadual de Educação e Desportos, Lenir Rodrigues.

Os municípios do interior também contam com os Centros Regionais de Ensino, que são unidades responsáveis por dar suporte às escolas com a distribuição de material pedagógico,

CONT.



orientações e realização de oficinas, a fim de evitar o deslocamento à Capital. No total, existem 15 Centros Regionais de Ensino no Estado.

Somente na área indígena são oito centros espalhados nas seguintes regiões: Taiano, Normandia, Baixo Cotingo, Surumú, Serra da Lua, Amajari, São Marcos e Serras.

65% das escolas da rede estadual são indígenas

Dados do Censo Escolar 2012 revelam que 65% do total de escolas da rede pública estadual são de origem indígena. Nesse contexto, das 381 unidades de ensino, 248 são indígenas e contam com 13.575 alunos e 1.308 professores.

Para contribuir com o deslocamento de alunos indígenas o Governo do Estado distribuiu mais de 800 bicicletas, adquiridas com recursos próprios. Já foram contemplados estudantes do Uiramutã, Cantá, Bonfim e Sul do Estado.

Na Capital, são 62 instituições e 71 escolas no interior. Com relação aos docentes, existem 4.367 professores no Estado, sendo 2.031 na Capital, 1.028 no interior e 1.308 docentes indígenas.

Quanto ao material didático indígena, o governo estadual confeccionou 11.266 unidades de livros, cartilhas e material da literatura indígena. O investimento foi de R\$ 388 mil.

Segundo Lacimir da Silva, professora e gestora responsável pela escola Santa Mônica, na comunidade Camararém, município de Uiramutã, o material didático é adaptado para a realidade indígena da Comunidade. "Com a Matemática, que é considerada a disciplina de maior dificuldade de aprendizado, procuramos inovar na metodologia, fugindo do tradicional para atrair nossos alunos", enfatizou.

REMUNERAÇÃO

Atualmente, o Governo do Estado de Roraima paga aos professores de Nível Médio (Magistério) a ordem de R\$ 1.528,44 para uma jornada de 25 horas, sendo 16 horas em efetivo exercício da docência em sala de aula e 9 horas destinadas à hora-atividade (1/3 da carga horária total).

Os docentes de Nível Médio recebem ainda uma Gratificação de Incentivo à Docência (GID) no valor de R\$ 764,22, perfazendo um total de R\$ 2.292,66. Já os docentes com Licenciatura Plena, recebem salário inicial na ordem de R\$ 2.122,57 somado à GID, o valor chega a R\$ 2.886,79. A carga horária de 16 horas semanais se aplica a todos os docentes integrantes do Magistério Público Estadual.

De acordo com levantamento do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da região Norte apenas os estados do Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins cumprem na íntegra a Lei 11.738/2008 – Piso salarial do Magistério Público. Dos 27 Estados Brasileiros, apenas 19

CONT.



cumprem na íntegra a lei.

Professores indígenas passam por capacitação continuada

Os professores indígenas têm cursos de formação continuada oferecidos pelo Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima (Ceforr).

O Tamí'kan, que na língua Macuxi quer dizer "sete estrelas", é um desses cursos que busca formar professores que já atuam como docentes nas comunidades indígenas, mas que não têm formação em Magistério. Existe desde 2007 e o curso tem duração de dois anos para quem já tem Ensino Médio e quatro anos para quem ainda não possui a modalidade.

É realizado a partir dos princípios da Educação Indígena, com respeito aos processos próprios de ensino e aprendizagem, com valorização da Língua Materna e diálogo intercultural, além da socialização tradicional dos conhecimentos.

Já foram capacitados 249 professores indígenas das regiões das Serras (Uiramutã/Raposa Serra do Sol), Baixo Cotingo, Raposa, Amajari, São Marcos, Wai-wai e Serra da Lua, envolvendo as etnias Macuxi, Wapichana, Wai-wai, Ingaricó e Yekuana.

Durante o curso, são ministradas aulas de Gestão Educacional, Antropologia, Didática da Língua Portuguesa, Arte Indígena, Espanhol, Informática, História da Educação, entre outras disciplinas como Física, Química, Português, Matemática e também estudam a Língua Materna.

YARAPIARI

Nome dado ao espírito do sabiá. Eles acreditam que o desenvolvimento das faculdades intelectuais se dá a partir desse espírito. O curso Yarapiari atende aos povos indígenas Yanomami e busca formar docentes que estão em sala de aula sem a formação específica em Magistério. Os professores aprendem História, Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Biologia, Educação Física, Educação Ambiental, princípios da Educação e Pesquisa. Até hoje foram capacitados 76 professores. O curso tem duração de quatro anos.

MURUMURUTÁ

Murumurutá é um nome de um pássaro na Língua Macuxi. É conhecido como curupião, na Língua Portuguesa. O curupião é um pássaro que imita outros pássaros. Nesse projeto, estão em capacitação 86 professores indígenas, sendo 63 da etnia Macuxi e 23 Wapichana, com a finalidade de aprimorar os conhecimentos de Língua Materna.

Fonte: Seed



Feira indígena promove troca de sementes nativas entre 30 etnias do Brasil e do exterior

SÍTIO MAIS EXPRESSÃO, 15.10.2013

Evento também objetiva desenvolver ações para incrementar a segurança alimentar indígena

Cerca de 3 mil índios de mais de 30 etnias do Brasil e do exterior vão participar, até o dia 18, de uma feira sobre compartilhamento de sementes e conhecimentos de cultivos sobre diversas espécies agrícolas. A 9ª Feira Krahô de Sementes Tradicionais, foi aberta ontem (14) em Itacajá, no Estado do Tocantins. O evento também objetiva desenvolver ações para incrementar a segurança alimentar indígena, incentivar à conservação local das variedades agrícolas tradicionais e promover a capacitações nas áreas de agroecologia e artesanato, entre outros.

Os krahôs habitam a região de Cerrado do Centro-Oeste com uma população de 3 mil indivíduos, vivendo em 28 aldeias. A Feira Krahô de Sementes Tradicionais ocorreu pela primeira vez em 1997. Na última edição, em 2010, o evento reuniu cerca de 2.500 pessoas de dez etnias. O evento foi idealizado dois anos após os representantes dos krahôs terem procurado a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Brasília, em busca de sementes tradicionais de milho e amendoim, que estavam nas câmaras de conservação da Embrapa, onde mais de 100 mil amostras de sementes são mantidas a uma temperatura de 20 graus Celsius (°C) negativa.

Os índios queriam reintroduzir nas suas roças as variedades tradicionais, substituídas por sementes tradicionais, comerciais e híbridos, durante o processo de aculturação, e não adequadas ao seu sistema de cultivo às suas necessidades alimentares.

Conteúdo Agência Brasil